dupl.
CDR
18/09/92

Coleção São Paulo no
Limiar do Século XXI

DIAGNÓSTICOS SETORIAIS DA ECONOMIA PAULISTA

SETORES DE INDÚSTRIA E DE SERVIÇOS

SEADE
Dados
Diretoria
Biblioteca
de Freitas
Número
Data 23247
05/08/04

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Planejamento e Gestão
Fundação Seade

338.09816162
S239 ce
v.3 ex.4

Governador do Estado
Luiz Antonio Fleury Filho
Vice-Governador
Aloysio Nunes Ferreira Filho
Secretário de Planejamento e Gestão
Eduardo Maia de Castro Ferraz

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE.
Entidade de direito privado, instituída pela Lei 1.866
de 4 de dezembro de 1978, vinculada à Secretaria
de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo.

PRESIDENTE
Nildo Masini

CONSELHO DE CURADORES
Antonio Marcio Fernandes da Costa
Carlos Eduardo do Nascimento Gonçalves
Eduardo Maia de Castro Ferraz
Eurico Hideki Ueda
Iara Francisca Fernandes
Liana Maria Lafayette Aureliano da Silva
Maria Angélica Travolo Popoutchi
Mariana Gomes Rodrigues Alves
Wilson Cano

CONSELHO FISCAL
Adimir José Pinheiro
Ana Maria Tebar
Maria Regina Pasquale

DIRETOR EXECUTIVO
Pedro Paulo Martoni Branco

DIRETOR ADJUNTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Antonio Rezk

DIRETOR ADJUNTO DE ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICA
Annez Andraus Troyano

DIRETOR ADJUNTO DE ESTUDOS POPULACIONAIS
Carlos Eugenio de Carvalho Ferreira

DIRETOR ADJUNTO DE PRODUÇÃO DE DADOS
Fernando Soares de Camargo

Fundação SEADE
Av. Casper Libero, 464
01033 São Paulo SP Caixa Postal 8223
Tel. 227-9788 (Serviço de Orientação ao Usuário)
Endereço Telegráfico ESTATÍSTICA
Telex (011) 31390 SEAD

Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI

SUPERVISÃO GERAL
Sergio Bulascoschi
Luiz Henrique Proença Soares

COORDENAÇÃO EDITORIAL
J. B. de Souza Freitas

EDITORAÇÃO GRÁFICA
Ernesto G. Nogueira Jr.
Arnaldo Sidnei Angeloni

EDITORAÇÃO DE TEXTOS
Solange Martins
Leandro Gonçalves Guerra
Rita Luperi

SERVIÇOS GRÁFICOS
Páginas internas:
Prol Editora Gráfica Ltda.
Capas - impressão tipográfica
sobre papel reciclado — e acabamento final:
Departamento Gráfico da Fundação SEADE

APOIO CULTURAL
Indústria de Papel R. Ramenzoni

ANÁLISE REGIONAL DO SETOR SERVIÇOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Wilson Cano*
Ulysses Cidade Semeghini**
Alda Regina F. Araújo***

* Professor Titular do Instituto de Economia da Unicamp e Diretor do Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico da Unicamp
** Professór Assistente e Doutorando no Instituto de Economia da Unicamp
*** Mestre e Economista do Centro de Conjuntura da Unicamp

INTRODUÇÃO

A análise regional em seus aspectos gerais deveria estar contemplada ao final do texto introdutório aos "Diagnósticos setoriais" (volume II desta coleção). Como se viu, nos "Diagnósticos setoriais" da agropecuária (volume II) e da indústria (neste volume) já foi desenvolvida uma análise regionalizada específica, restando portanto, neste passo, uma análise espacializada do setor terciário. Entretanto, as informações disponíveis para esta análise são bastante precária; seja em termos de cobertura para o período em estudo — com grande descontinuidade nas informações entre as décadas de 70 e de 80 —, seja pela precariedade das informações dos principais segmentos de terciário (sistema financeiro, comércio, transportes etc).

Em razão dessas dificuldades, optamos por fazer, como documento complementar ao "Diagnóstico do setor terciário", uma análise regional deste setor, compreendendo também aqueles aspectos gerais que deveriam ser incluídos nos "Diagnósticos setoriais", bem como algumas referências genéricas indispensáveis sobre os setores agropecuário e industrial, para que se possa ter uma melhor compreensão do terciário paulista.

Em função da precariedade e das dificuldades na obtenção de informações para o setor serviços, só foi possível dispor para esta análise de informações regionalizadas referentes à PEA para 1970 e 1980 ao Valor Adicionado Total para 1970, 1975, 1980, 1988 e ao Valor Adicionado do Comércio para 1980 e 1987.

A ESPACIALIZAÇÃO NA DÉCADA DE 70

Metrópole x interior

A década de 70, como já foi salientado, caracterizou-se, além das elevadas taxas de crescimento do PIB, por um acentuado processo de desconcentração industrial do Estado de São Paulo em direção à periferia nacional, bem como da metrópole paulista para o interior do Estado. Essa desconcentração deu-se, fundamentalmente, nas regiões paulistas de agricultura mais capitalizada e onde, por conseguinte, constituíram-se "pólos" industriais ao longo do processo de desenvolvimento econômico ocorrido a partir dos anos 20 na economia paulista[1].

Como se depreende pela análise da tabela 1, Apêndice Estatístico, a Grande São Paulo, graças ao seu processo de industrialização e urbanização, aumenta sua participação no Valor Adicionado Total do Estado, atingindo, em 1970, 67,5% e, a partir desse momento, começaria a reduzir seu peso, respondendo em 1980 por 60%. Essa década também foi marcada pela intensificação do processo de modernização agrícola e agroindustrial, que, juntamente com o desempenho industrial, desencadeia fortes impactos sobre o espaço urbano do interior. O acelerado crescimento urbano e o aumento do grau de complexidade da estrutura social de suas principais cidades tiveram como base a tecitura terciária resultante da maior interdependência econômica e financeira, direta e indireta, dos setores agropecuário e industrial para com o setor terciário.

Contudo, a desconcentração manifestou-se muito mais intensamente entre os anos de 1975-80, do que entre 1970-75, devido ao fato de que ainda neste período maturavam importantes investimentos industriais na Grande São Paulo, ao final do "milagre brasileiro". Por outro lado, foi a partir da primeira metade da década que começaram a

1. Para a formação dos "pólos" industriais do interior ver: "A interiorização da indústria paulista (1920-1980)". In: CANO, W. (coord.), "*A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)*". São Paulo, Fundação Seade, 1988, 3 vol.

se intensificar os graves problemas decorrentes da elevadíssima concentração industrial da metrópole, entre os quais destacamos: os problemas ambientais, que passariam a sofrer um maior controle através da ação dos órgãos responsáveis, como a Cetesb no que concerne a maiores exigências no controle dos níveis de poluição, exigindo-se para isso a implantação de filtros anti-poluentes elevando-se por conseguinte aqueles custos locacionais para as empresas; aumento dos custos e do tempo de deslocamento por parte dos trabalhadores e das empresas; agravamento do chamado "caos urbano" no processo de metropolização da capital, fenômeno que se deu em face da quase total ausência de um planejamento urbano; e o fortalecimento de uma base sindical moderna no ABC paulista, criando condições para maiores reinvidicações salariais por parte da classe trabalhadora.

A soma de todos esses fatores desencadeia um forte movimento, em nível federal, em prol da necessidade de desconcentração industrial da metrópole paulista em direção à periferia nacional. Contudo, pela própria natureza do desenvolvimento capitalista nacional, o governo vê-se obrigado a realizar pesados investimentos e a estimular outros. A resultante desse processo é uma relativa desconcentração da indústria em São Paulo, no sentido metrópole—interior. Nessa desconcentração, desempenham também papel importante os governos estadual e municipais, através da criação da infra-estrutura necessária aos investimentos, com considerável avanço no sistema viário e de comunicação, além da implantação de distritos industriais e diversas isenções fiscais.[2]

Entre os principais investimentos realizados pelo Governo Federal destacam-se: as refinarias de petróleo de Paulínia e São José dos Campos, em torno das quais implantaram-se várias indústrias químicas; o Próalcool, fortemente concentrado em Campinas e Ribeirão Preto; a consolidação do parque petroquímico e siderúrgico (Cosipa) em Cubatão; a implantação do complexo aeronáutico para fins civis e militares e indústrias de material bélico no Vale do Paraíba; e a concentração de institutos de pesquisas e empresas estatais no setor de telecomunicações e microeletrônica em Campinas.

2. Para um aprofundamento nessa questão ver: Negri, Barjas, "A indústria de transformação do Estado de São Paulo (1970-89)", neste volume.

Destaque-se também que os maiores efeitos decorrentes da política de exportações, desenvolvida pelo Governo Federal, tanto de produtos agrícolas como de industrializados, como não poderia deixar de ser, desempenham importante papel em São Paulo.

Como conseqüência desses investimentos realizados no interior, na década de 70, ocorre uma reversão demográfica neste espaço geográfico, observável através da análise comparativa das taxas geométricas anuais de crescimento da população total, urbana e rural, no Estado de São Paulo, interior e na Grande São Paulo, entre as décadas de 60-70 e 70-80. Enquanto a metrópole reduz o ritmo de crescimento de sua população total (de 5,4 para 4,4%) e urbana (de 6,9 para 4,4%), o interior acusa uma elevação na taxa de sua população total (de 2,5 para 3,3%) e um pequeno arrefecimento de sua taxa de crescimento urbano (de 5,6 para 5,1%); enquanto isso, o Estado como um todo apresenta uma ligeira elevação na taxa de crescimento da população total (de 3,1 para 3,4%) e uma redução acentuada, porém menos intensa que a da metrópole, na sua taxa de crescimento urbano (de 5,7 para 4,5%). O movimento comum a todas as regiões foi a redução da população rural, com exceção da Grande São Paulo.

Com relação ao conjunto das regiões administrativas do Estado, o fato a ser destacado é o violento processo de enxugamento demográfico na região Oeste, nas décadas de 60 e 70; o quase inexistente crescimento de sua população total nesse período (de 0,1% para 0,2% ao ano) e o pequeno crescimento de sua população urbana. Nessas condições, essa região transforma-se numa zona de expulsão populacional, fenômeno que se intensifica nos anos 70, pela redução mais acentuada das taxas de crescimento da população rural.

Contrapondo-se a esse fenômeno, as regiões de Campinas, Vale do Paraíba, Ribeirão Preto e litoral fortaleceram-se como áreas atrativas. Esse forte poder atrativo — decorrente de seus desempenhos econômicos —, aliado à redução de suas populações rurais, desencadearia a formação de grandes aglomerados urbanos. O maior exemplo disso é o início do processo de metropolização da cidade de Campinas, acompanhado da conurbação da cidade ao seu entorno.

A relativa desconcentração industrial no sentido metrópole—interior, as transformações ocorridas no campo — com a intensificação da mecanização e da quimificação, acompanhadas pela expansão do trabalho volante (bóias-frias) —, impactam diretamente sobre o espaço

urbano das cidades. Esse impacto pode ser avaliado pela elevação da taxa de urbanização do interior, que passa de 70,93% em 1970, para 83,75% em 1980. Essas transformações da base produtiva e seus efeitos diretos e indiretos sobre o mundo urbano modificaram a dinâmica e a estrutura do setor terciário. Modificações que resultam da maior interdependência econômica e financeira de sua base produtiva, bem como da criação de uma oferta complementar de serviços pessoais e sociais cada vez mais diversificados e sofisticados, demandados por parcelas mais amplas da população urbana, incorporadas ao mercado consumidor pelo intenso crescimento econômico do período.

A despeito da maior taxa de crescimento urbano no interior, o setor terciário na metrópole continua apresentando uma expressiva taxa de crescimento, com maior diversificação e sofisticação do que o do interior. Lembremo-nos de que a Grande São Paulo nos anos 50 havia se convertido no maior "Centro Industrial da América Latina"; nos 60, no "Centro Dinâmico da Economia Nacional". Passaria, na década de 70, inquestionavelmente, a ser a principal metrópole nacional — sede de novos serviços ultra-especializados e/ou sofisticados.

Dessa forma, a expansão verificada no terciário metropolitano deve ser entendida em três níveis distintos: de um lado, a expansão e diversificação do terciário que decorreu do considerável crescimento e diversificação da base industrial, cujo aprofundamento requer também a criação e especialização de uma considerável gama de serviços auxiliares à produção. Por outro lado, essa expansão incorpora também uma grande massa de trabalhadores, dentre os quais grande parte é ligada às ocupações mais qualificadas, demandantes, portanto, de importantes serviços pessoais. Em terceiro lugar, e não menos importante, o fato dessa aglomeração urbana converter-se na primeira metrópole nacional faz com que a mesma desenvolva e centralize uma gama de serviços mais especializados e com alto grau de sofisticação. Além disso, essa metrópole assume o papel de maior centro cultural e artístico do país, impondo maior desenvolvimento sobre sua "indústria cultural".

Consideramdo-se as mudanças qualitativas ocorridas no terciário metropolitano, o peso do emprego nesse setor sobre a ocupação total pouco se altera (passa de 55,3% em 1970, para 55,6% em 1980), em face do excepcional crescimento industrial do período e a insignificância de seu emprego primário. No interior, as transformações da estrutura ocupacional seriam mais evidentes. O peso do emprego terciário sobre

o total da PEA passa de 40,8% em 1970 para 45,3% em 1980. Esse crescimento na participação do emprego terciário no interior dá-se ao mesmo tempo em que também aumenta excepcionalmente a participação do emprego secundário (passa de 21,5% em 1970 para 32% em 1980). Destaque-se também a elevada redução do emprego do setor primário (que passa de 37,7% em 1970 para 23,1% em 1980). Apesar dessa intensa redução, resultante da modernização do campo, esse setor ainda ocupa uma grande parcela da população, em face da importante base agrícola de algumas regiões, o que impõe aos outros dois setores pesos relativos menores que os observados na Grande São Paulo.

Analisando-se a distribuição e as taxas de crescimento do emprego da PEA terciária pelos diversos setores, na Grande São Paulo e no interior (ver tabelas 2 e 3, Apêndice Estatístico), o primeiro destaque é para a redução (em termos relativos) do emprego doméstico remunerado e do comércio ambulante, resultantes das transformações qualitativas e do elevado dinamismo apresentado pelo setor na década, que implicou grande incorporação de trabalhadores em setores mais "nobres". Em que pese sua redução tanto na metrópole quanto no interior, mantem-se ainda mais elevada nesse último, em face do menor aprofundamento do seu terciário *vis-à-vis* o metropolitano. Em ambas as regiões esse segmento representava o segundo maior contingente ocupacional do terciário em 1970, passando à quarta posição na Grande São Paulo em 1980; no interior passaria à terceira posição em 1980.

Como se vê na tabela 2, Apêndice Estatístico, os serviços distributivos e produtivos aumentam sua participação relativa na ocupação do terciário em ambas as regiões, graças à notável expansão e modernização da base produtiva material. Também em ambas as regiões os serviços sociais ganham apreciável dimensão, avanço calcado na expansão das atividades de saúde e educação, principalmente saúde e educação particular. Embora menos dinâmico do que o crescimento dos serviços distributivos, produtivos e sociais, os serviços pessoais aumentam ligeiramente seu peso relativo na Grande São Paulo e no interior como um todo; entretanto, quando se consideram apenas as maiores cidades, revelam-se taxas bastante elevadas também nesse segmento (tabela 3, Apêndice Estatístico).

Em síntese, o total da ocupação terciária na década de 70 cresceu, em ambas as regiões, à taxa média anual de 5,1%, superior ao crescimento da população total e urbana da Grande São Paulo (ambas em 4,4%; no

interior aquela taxa superou largamente o crescimento da população total, 3,3%, e foi equivalente à taxa de crescimento da população urbana).

Análise regional

A análise da estrutura do valor adicionado total em 1970 aponta, além da já mencionada concentração metropolitana, a destacada participação da região de Campinas, com 10,2% desse valor. Entre as demais regiões administrativas, destacavam-se Ribeirão Preto (com 4,5%), litoral (3,7%), Vale do Paraíba (3,2%), Sorocaba (2,8%), apresentando as restantes participações individuais inferiores a 2%.

Durante a década de 70, o PIB global do Estado de São Paulo cresceu à elevada taxa média anual de 7,5%. Infelizmente não existem indicadores desse agregado em nível das diferentes regiões paulistas; assim, para contornar o problema e tornar possível uma visualização de suas *performances* no período, optamos por utilizar os dados da distribuição espacial do valor adicionado total, disponíveis para 1970, 1975, 1980, 1985 e 1988, com os quais (e usando as taxas de crescimento do PIB para o Estado) se construiu a tabela 4, Apêndice Estatístico.

Como primeira conclusão relevante, a tabela corrobora os dinamismos diferenciados da região metropolitana e do interior: partindo-se de índices 100 em 1970 para o valor adicionado total; o Estado atingiria índice de 206 em 1980; a região metropolitana, de 184; e o interior, de 253.

Esse acentuado crescimento interiorizado reflete, como já indicamos, o processo de desconcentração industrial na década e a intensificação da modernização do agro paulista.

Decompondo-se esse índice para as várias regiões, observa-se que o Vale do Paraíba, Sorocaba, Campinas, litoral e Ribeirão Preto, são, pela ordem, aquelas que apresentam os maiores índices de crescimento no valor adicionado. Essas regiões são os mais importantes "pólos" industriais do interior. Suas conformações industriais remontam a déca-

das passadas,[3] entretanto seria na década de 70 que ocorreria um maior aprofundamento e diversificação industrial dessas regiões.

Levando-se em consideração o grande dinamismo industrial comum apresentado por aqueles pólos, há que se referir de passagem suas especificidades regionais: o Vale do Paraíba caracteriza-se pela implantação do complexo aeronáutico para fins civis e militares, bem como por indústrias de material de transporte e material elétrico e químico; Sorocaba, por sua vez, concentra indústrias produtoras de bens intermediários e bens de capital, além evidentemente da indústria têxtil e de alimentos, tradicionais na região; Campinas, por outro lado, apresenta a base agrícola e industrial mais diversificada do interior, com significativas participações na produção de bens intermediários e finais (de consumo e de capital); no litoral observa-se uma forte concentração nos ramos de siderurgia e químico; e, finalmente, em Ribeirão Preto seu moderno complexo agroexportador articula-se com a indústria de insumos, máquinas e implementos agrícolas.

As demais regiões, embora tenham apresentado um crescimento satisfatório, acusaram crescimento menor e menos diversificado do que a média do interior e do Estado.

O exame da tabela 1, Apêndice Estatístico, permite individualizar com um pouco mais de detalhe as diferentes *performances* regionais. No período 1970-75, as regiões do litoral, Vale do Paraíba e de Campinas são as únicas a apresentarem um crescimento de suas participações relativas no valor adicionado total. Esse crescimento está associado à maturação de pesados investimentos realizados no bojo do "milagre brasileiro", destacando-se, por exemplo, aqueles relacionados às atividades automotivas no Vale do Paraíba, à entrada em operação da Refinaria de Paulínia e à expansão dos parques petroquímico e siderúrgico da Baixada Santista. Assinala-se também a maior atratividade dessas áreas para os estabelecimentos industriais, que evitavam localização na metrópole. No caso de Campinas, principalmente, reflete ainda a aceleração das transformações na agropecuária.

Na segunda metade da década, as regiões de Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto e Bauru (nesta ordem) acusam as maiores elevações entre todas as regiões nas suas participações relativas do valor adicionado.

3. Ver "A interiorização da indústria paulista 1920-80", op. cit., e Negri, Barjas, Doc. "A indústria de transformação do Estado de São Paulo (1970-89)" neste volume.

Esse acentuado crescimento associa-se à maior diversificação agroindustrial das regiões de Campinas, Ribeirão Preto e Bauru, vinculada à produção dos agroexportáveis, ao início do Proálcool em Ribeirão Preto e Campinas e à expansão da capacidade produtiva de bens intermediários e de capital em Campinas e Sorocaba.

Já as regiões do litoral e Vale do Paraíba apresentam um menor crescimento. No caso do Vale do Paraíba, isso se deveu à desaceleração dos investimentos do II PND;[4] no litoral, aos problemas ambientais, decorrentes da grande concentração em Cubatão de indústrias altamente poluentes, que transformam essa cidade num dos centros mais poluídos da América Latina, desencadeando um forte movimento de proteção do meio ambiente, implicando a contenção industrial da região.

Como já comentamos, nas regiões do oeste — Bauru, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília — o crescimento do valor adicionado total situou-se num patamar mais baixo *vis-à-vis* as outras regiões administrativas. Entretanto, caberia destacar que não foi homogêneo o desempenho daquelas regiões do Oeste. Presidente Prudente e Araçatuba, regiões onde predomina a atividade pecuária e a agricultura é menos diversificada, foram as de menor dinamismo relativo. Por outro lado, em Bauru, São José do Rio Preto e Marília, onde a produção agrícola é relativamente mais moderna, com maior peso das culturas exportáveis e energéticas e onde a agroindústria tem uma participação significativa, apresentaram um maior crescimento relativo nas suas participações do valor adicionado. Nessas três regiões, a base primária mais diversificada e a rede de cidades mais densa impulsionaram, num grau maior, o desenvolvimento de uma produção industrial voltada para o processamento dos produtos agropecuários e para o atendimento da demanda urbana local.

Em síntese, podemos afirmar que a intensificação do processo de desconcentração industrial, no sentido metrópole—interior, amplificaria os antigos "pólos" industriais de maior diversificação, modernizando e aprofundando suas bases materiais.

Uma importante fonte adicional para este tema é o censo demográfico, através do qual podemos fazer algumas considerações

4. Ver: "A interiorização da indústria paulista (1920-1980)", op. cit., e Negri, Barjas "A indústria de transformação do Estado de São Paulo (1970-89)" neste volume.

sobre a distribuição e evolução da PEA total, no conjunto das regiões administrativas do Estado de São Paulo, nos três grandes setores da economia (primário, secundário e terciário), entre 1970 e 1980.

O exame da tabela 5, Apêndice Estatístico, permite-nos destacar dois grandes movimentos gerais em nível da estrutura setorial da PEA no conjunto do Estado de São Paulo e suas regiões administrativas. O primeiro diz respeito à acentuada redução relativa do pessoal ocupado no setor primário: ao longo dos anos 60, seu peso passaria de 20,4 para 11,5% no Estado e, no interior, reduzir-se-ia de 37,7 para 23,1%.

Em 1970, excluindo-se a Grande São Paulo e o litoral, ainda era elevada a presença do emprego agrícola em todas as regiões. Na região do Vale do Paraíba, onde seu peso era menor *vis-à-vis* as demais, ele passaria de 22,8% do total para 10,1%; no outro extremo, em Presidente Prudente a redução seria de 56,6% para 39,8%. Em Bauru passaria de 40 para 29%; em Araçatuba, de 45 para 31,09%; em Marília, de 51 para 36% e em São José do Rio Preto, de 55 para 38%. Por outro lado, as regiões de Sorocaba, Ribeirão Preto e Campinas também apresentavam elevadas participações da PEA no setor primário, 43, 39 e 28%, respectivamente, reduzindo substancialmente essas participações em 1980, para 28, 26 e 15% respectivamente.

A diminuição do peso relativo da PEA agrícola reflete a intensificação e a difusão do processo de modernização do setor no Estado.

As regiões do oeste, onde a pecuária e a agricultura extensivas têm presença mais importante, detêm por isso maior ocupação primária. Ao contrário, em Campinas e Ribeirão Preto, onde a modernização já era traço marcante na agricultura, as participações evidentemente já são menores, para o que colaborou, inclusive, a expansão industrial dessas duas regiões.

Em que pese Campinas apresentar a menor participação relativa no emprego primário entre todas as regiões do Estado, emprega, contudo, o maior contingente absoluto de trabalhadores ocupados no primário no Estado (cerca de 203 mil). Ela se destaca não só por sua moderna base agrícola voltada para a produção agroexportadora, mas também por importante produção de policulturas desenvolvidas em pequenas e médias propriedades com elevados níveis de produtividade, e por responder por cerca de um quinto do valor da produção primária do Estado.

O segundo traço geral desse período diz respeito ao acentuado crescimento do emprego industrial em praticamente todas as regiões. Se em 1970 a PEA do setor primário ainda superava numericamente a do secundário por larga margem no conjunto do interior, em 1980 essa relação havia se invertido, e a PEA secundária detinha 32% do total contra 23% da agropecuária.

Os maiores crescimentos absolutos ocorreram, pela ordem, nas regiões de Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba, Vale do Paraíba e litoral, atestando a maior intensidade do impulso industrializante nessas regiões, que constituíram o *locus* principal do movimento de desconcentração característico dos anos 70. Assim, no ano de 1980, regiões como Campinas ou Vale do Paraíba já exibiam peso relativo da PEA industrial pouco inferior àquele verificado na metrópole.

Também, nas regiões do oeste, o crescimento da PEA industrial foi muito significativo, respondendo, como comentado, ao impulso modernizante na agropecuária à agroindustrialização (como as do álcool, carnes, óleos, moagem etc) e à acelerada urbanização. Destacaram-se, nesse sentido, entre aquelas regiões, as de São José do Rio Preto (maior aumento absoluto) e Bauru.

Refletindo também o intenso dinamismo econômico dos anos 70, a PEA terciária do Estado cresceu a uma taxa elevada, superior à da própria população urbana. Como indicamos anteriormente, o aprofundamento da industrialização e da agroindustrialização e a modernização agropecuária passariam a exigir incisiva expansão e diversificação num amplo conjunto de serviços produtivos e distributivos, enquanto, por outro lado, o crescimento e as transformações no mundo urbano ensejariam o alargamento correspondente na oferta de serviços pessoais e sociais, estimulados não apenas pelo incremento absoluto da população, mas sobretudo pelas mudanças em sua composição, em particular no que se refere à ponderação dos segmentos médios. Assim, é que, em termos globais, foram criados na década cerca de 1.995 mil novos empregos no setor terciário, no Estado — número absoluto praticamente idêntico ao do aumento do emprego industrial.

Em termos regionais, destacam-se a Grande São Paulo e Santos, com as maiores ponderações da PEA terciária (e peso muito baixo da PEA do setor primário). Na década, praticamente não se altera a ponderação relativa da PEA dos serviços no emprego total em ambas; não obstante, como mostramos adiante, a incorporação de mão-de-obra terciária ali foi

significativa, respondendo, no caso da capital e seu entorno, ao aprofundamento das funções metropolitanas e no caso de Santos, à ampliação das exigências colocadas ao complexo portuário e à maior demanda por lazer e turismo.

Em todas as demais regiões, ampliou-se o peso relativo do emprego terciário na PEA total. No caso de Campinas, em termos absolutos, os novos empregos gerados nos serviços superaram largamente os acréscimos das demais regiões (exceto a metrópole), correspondendo ao elevado dinamismo de sua base produtiva e ao intenso crescimento da rede urbana regional. A região de Ribeirão Preto foi a segunda do interior na geração de empregos terciários na década, movimento que atesta com ênfase particular o impacto sobre os serviços da modernização nas atividades primárias e da agroindustrialização, traços marcantes dessa região.

As demais regiões de industrialização acentuada, Vale do Paraíba e Sorocaba, absorveram contingentes absolutos semelhantes de mão-de-obra terciária (85 mil e 88 mil pessoas, respectivamente). Entretanto, em termos relativos, a ponderação da PEA terciária no total era em 1980 muito maior na primeira, refletindo o peso pouco expressivo de sua PEA primária, ocorrendo o inverso com Sorocaba.

Em todas as regiões do oeste, o crescimento absoluto da PEA terciária superou o da PEA secundária. Em parte, isso se deveu às requisições colocadas pelas mudanças na base produtiva e pela diversificação urbana das sedes regionais, mas não devem ter sido desprezíveis os efeitos do esvaziamento de campo sobre esse crescimento, provocando tanto o crescimento "em extensão" da oferta de serviços para responder ao incremento populacional quanto, possivelmente, a um maior "inchaço" do setor. Deve-se levar em consideração que a diminuição absoluta da PEA rural e o pouco peso relativo da PEA secundária fazem com que, nessas regiões, seja mais acentuado o peso da PEA terciária.

Um terceiro corte analítico pode ainda ser construído agregando-se a PEA terciária nas seguintes modalidades: serviços distributivos, produtivos, pessoais, sociais e o do emprego doméstico e comércio ambulante.[5]

5. Ver discussão desta classificação no em item "Diagnóstico do setor serviços", neste volume.

Esse movimento, entretanto, só será realizado para os municípios-sede de cada região, tendo em vista que o exame específico da evolução do setor terciário deve naturalmente se referir a núcleos urbanos de certo porte, que apresentam a devida massa crítica do porte dos nexos produtivos e das relações sociais.

A análise (tabela 7, Apêndice Estatístico) para os anos de 1970 e 1980 apresenta alguns traços gerais do conjunto dos municípios, a saber: a) uma acentuada redução da participação relativa do emprego doméstico remunerado e do comércio ambulante, resultante da maior incorporação da PEA em ocupações mais "nobres", em função do acentuado crescimento industrial, da modernização agrícola e da maior complexidade urbana exigida das cidades; b) os serviços produtivos e sociais apresentam as mais elevadas taxas de crescimento entre os grupos selecionados, em razão da maior interdependência entre a base produtiva material e os serviços de apoio à produção, bem como em decorrência do crescimento das demandas sociais derivadas da urbanização e maior complexidade social das cidades; c) outro traço geral é a pequena dispersão observada na participação relativa dos serviços distributivos no conjunto dos municípios — excluída do universo cidade de Santos —, com amplitude entre 29 e 35% do terciário total. Essa baixa dispersão, segundo entendemos, resulta da consolidação da rede urbana paulista, com presença marcante de cidades médias e grandes; a ampla difusão espacial no Estado do sistema viário e de comunicações e o grande peso do comércio nesse segmento, atividade amplamente disseminada por todo o espaço urbano paulista, explicam aquela maior heterogeneidade.

O município de Santos destaca-se entre os demais por sua característica eminentemente terciária, a qual se deve à existência dos complexos portuário e balneário, responsáveis pela criação de uma extensa rede de serviços de apoio indispensáveis aos seus funcionamentos: em 1980 empregavam-se 75,5% da PEA do município.

Entretanto, os dados indicam reduzidas taxas de crescimento da PEA terciária (2,4% ao ano), PEA total (2,8% ao ano) e da população total (1,9% ao ano) na cidade. Acreditamos que isso de deva à limitação física da cidade, que, espremida entre a serra e o mar, espraia-se entre vários municípios do seu entorno, como Cubatão, São Vicente, Praia Grande, Guarujá etc. Esse espraiamento se dá principalmente com as populações de menor renda, movidas pelo elevado preço dos imóveis e aluguéis.

Uma indicação desse fenômeno é o grande crescimento dos serviços de administração e comércio de imóveis, bem como o fato de a cidade de Santos apresentar a maior renda média entre todos os municípios selecionados.

A análise da distribuição da PEA terciária intra-setorialmente revela, na cidade de Santos, uma certa maturidade estrutural que pode ser observada através da comparação entre o terciário santista e o metropolitano, se excluirmos dessa comparação os serviços distributivos que em Santos ocupavam cerca de 41% da PEA terciária em 1980, fato que se deve a sua especificidade portuária. Quanto a esses serviços, a pequena redução verificada na sua participação relativa do emprego terciário, deve-se possivelmente às grandes transformações nos serviços portuários com a mecanização de grande parte do processo de trabalho, implicando um menor crescimento desse emprego na década de 70. Esse fato pode ser aferido considerando-se o crescimento das ocupações ligadas aos serviços portuários e a carga transportada no período. Enquanto aquelas apresentam uma taxa de crescimento da ordem de 3,8% ao ano, a carga transportada cresce a 5,5% ao ano. O crescimento do emprego nos serviços portuários é sustentado essencialmente pelo acentuado incremento da ocupação dos guindasteiros (13,5% ao ano), enquanto as demais ocupações (estivadores etc.) apresentam uma acentuada redução das suas participações relativas na composição do emprego no setor.

A análise das taxas de crescimento da PEA terciária para os demais municípios apresenta uma clara hierarquia entre os mesmos. Num primeiro plano destacam-se as cidades de São José dos Campos e Campinas; nessas cidades são observadas as maiores taxas de crescimento da PEA terciária, da população urbana e da PEA total (ver tabelas 3 e 8, Apêndice Estatístico); esse elevado dinamismo está associado, no caso de São José dos Campos, ao extraordinário crescimento industrial por que passou o Vale do Paraíba, pelas razões já comentadas; sendo esta cidade o maior "pólo" urbano da região, recebe, portanto, sobre seu terciário, os efeitos potencializadores da industrialização, através da extensa rede de serviços necessária ao processo produtivo. Não é por outra razão que nessa cidade o grupo a apresentar a maior taxa de crescimento relativo do emprego é o de serviços produtivos (17%). A cidade de Campinas, por outro lado, iria beneficiar-se da sua mais diversificada base industrial e agrícola, desempenhando o papel de capital regional e concentrando

uma extensa gama de serviços mais sofisticados. Esse papel desempenhado pela cidade faria com que a mesma se apresentasse nesta década como o embrião de uma futura metrópole.

Num nível ligeiramente inferior ao grupo anterior, destacam-se as cidades de São José do Rio Preto, Sorocaba e Ribeirão Preto, todas com uma moderna base agropecuária, além de um significativo núcleo industrial em Sorocaba e Ribeirão Preto. Essa última cidade é também um importante pólo terciário regional, característica que pode ser aferida pelo peso da participação relativa do emprego terciário na estrutura da PEA total (67,7%).

O terceiro grupo de cidades é formado por Marília e Bauru, onde se verifica uma menor taxa de crescimento da população urbana; entretanto, o crescimento do emprego terciário apresenta taxas tão intensas quanto as do grupo anterior (tabela 8, Apêndice Estatístico). Esse elevado dinamismo é explicado pelas grandes transformações da agropecuária, como também pela consolidação de importantes indústrias agroprocessadoras, transformando essas regiões em promissoras áreas agroindustriais do Estado. A cidade de Bauru destaca-se também como um antigo entroncamento ferroviário, verdadeiro nó de comunicações, ligando as demais regiões do Estado ao Oeste paulista. Esse fato tem importantes desdobramentos sobre sua estrutura urbana, propiciando-lhe características de importante centro terciário do Oeste.

Finalmente, nas cidades de Araçatuba e Presidente Prudente são observadas as menores taxas de crescimento da população urbana no período (tabela 8, Apêndice Estatístico). Considerando-se esse fraco desempenho urbano, essas cidades apresentam significativas taxas de crescimento do emprego terciário. Isso possivelmente se deve ao caráter ainda acanhado do setor nessas regiões até 1970, ao qual se sobrepôs um certo avanço da agropecuária e da agroindustrialização, que (embora em nível mais modesto que o das demais regiões), aliado ao considerável êxodo rural, impacta as respectivas estruturas da oferta de serviços.

Em síntese, podemos afirmar que o intenso processo de desenvolvimento econômico ocorrido no interior paulista, nesta década, contribuiu incisivamente para a modernização da estrutura ocupacional regional, com o crescimento mais acentuado das ocupações mais "nobres", em que pese a reprodução, ainda em níveis elevados, das ocupações de baixa qualificação, guardadas as especificidades regionais.

A ESPACIALIZAÇÃO NA DÉCADA DE 80

Levando-se em conta a estagnação econômica dos anos 80, com o agravamento da crise brasileira, que se refletiria em medíocre trajetória de crescimento global no Estado de São Paulo, os movimentos verificados na Grande São Paulo e no interior foram bastante distintos.

O interior beneficiou-se mais amplamente do impulso exportador, conseqüência do ajuste macroeconômico promovido a partir do início da década, que viria coincidir com a maturação de importantes investimentos e programas federais desencadeados no decênio anterior, a exemplo da Refinaria de São José dos Campos, do desenvolvimento dos pólos de microeletrônica e informática, ou da consolidação do Proálcool. Principalmente em função disso, e contando ainda com o dinamismo da agropecuária voltada ao setor externo, o *hinterland* paulista pôde registrar crescimento econômico bastante superior ao da Grande São Paulo, superior também ao do Estado de São Paulo em conjunto e até mesmo ao do país como um todo.

Esse desempenho, acentuando a desconcentração econômica na Grande São Paulo/interior, alteraria inclusive o sentido dos fluxos migratórios. O interior, que nos anos 70 terminaria por "enxugar" seu excedente demográfico rural, converter-se-ia, muito provavelmente, na maior região receptora de migrantes nacionais, acelerando ainda mais sua taxa de urbanização e impulsionando seu setor de serviços.

A Grande São Paulo sofreria o impacto mais duro da crise, apresentando queda da produção industrial no período, o que tornaria seu parque manufatureiro cada vez menos dinâmico que o do interior.

Como elemento compensador, ela não só consolidaria sua posição de grande centro nacional, mas iria adquirir feições de metrópole internacional, processo que, como indicamos, implicaria maior sofisticação e diversificação de seu aparato de serviços, sediando nacionalmente uma série de atividades terciárias altamente especializadas. Concorreu para isso, inclusive, o próprio dinamismo econômico do interior, de onde ampliados requisitos de serviços derivariam para a região metropolitana.

Lamentavelmente, a escassez de informações reduz a análise empírica ao exame das tabelas relativas aos valores adicionados total e

do comércio. Os dados ali contidos confirmam o que dissemos acima, mostrando como o crescimento industrial negativo afeta sobremodo a participação da Grande São Paulo no valor adicionado total: de 60% em 1980 para 52,8% em 1985. Depois, no período 1985-88, a crise industrial iria manifestar-se com mais força também no interior, dado que, daqueles 52,8% de valor adicionado estadual em 1985, o peso da Grande São Paulo cairia apenas para 51,7% em 1988.

Os dados do valor adicionado do comércio do Estado apontam na mesma direção: mostram também queda da participação da metrópole (64,6% em 1980 e 61% em 1988), embora menor do que a verificada no total.

Conforme se advertiu anteriormente, a ausência dos censos econômico e demográfico para a década de 1980 dificulta sobremaneira a possibilidade de se fazer uma análise regionalizada do setor terciário do Estado de São Paulo. Na tentativa de suprir essas lacunas utilizamos as informações disponíveis na Secretaria da Fazenda do Estado, para as quais a Fundação Seade realizou tabulações especiais, resultando nas tabelas:

1) Distribuição regional do valor adicionado total — 1970-75-80-85-88.
4) Índice de crescimento real do valor adicionado por região administrativa — 1980-88.
9) Participação regional do valor adicionado do comércio — 1980-87.

Utilizamos ainda, nesta parte do trabalho, as análises regionalizadas dos setores industrial e agropecuário, para os quais existem informações mais consistentes.

Conforme se vê nas tabelas citadas apenas Sorocaba, Campinas e Ribeirão Preto apresentaram um crescimento real do valor adicionado total acima da média do interior do Estado, aumentando ainda mais suas participações no total estadual. Esse crescimento das três regiões se situaria entre 1980 e 1988 em cerca de 5,5% ao ano, mais que o dobro das cifras médias do total do Estado de São Paulo e do Brasil.

As regiões que menos cresceram foram Araçatuba e Presidente Prudente, em face das menores transformações de sua agropecuária e do menor crescimento industrial nelas verificado. As outras regiões, embora tivessem melhor desempenho, cresceram ligeiramente abaixo da média

do interior, mas bem acima do crescimento médio verificado no total do Estado.

Se examinarmos essas cifras separadas nos períodos 1980-85 e 1985-88, podemos constatar movimentos diversos das médias apresentadas em todo o período. No primeiro desses períodos, o agravamento da questão do meio ambiente, particularmente na Baixada Santista, e da crise econômica brasileira repercutiu negativamente no litoral, único a perder posição relativa no conjunto do interior do Estado de São Paulo, nesse período.

Araçatuba e Presidente Prudente, embora tenham aumentado suas participações relativas, cresceram menos que as demais regiões, tendo em vista a menor penetração da modernização e transformação de sua agropecuária e do avanço industrial menos intenso.

Bauru, Marília e São José do Rio Preto avançaram mais suas participações estaduais graças às transformações verificadas em sua agropecuária e ao maior avanço da produção industrial regional. Foi, contudo, nas regiões de Sorocaba, Vale do Paraíba, Campinas e Ribeirão Preto que essas transformações atingiram maior expressão. Foi nelas que os efeitos decorrentes das políticas de incentivos às exportações energéticas, de microeletrônica e de expansão industrial mais se manifestaram, observadas, contudo, as especificidades de cada uma.

O período 1985-88, de trajetória estagnacionista, mostra avanços mais significativos apenas em Campinas, Sorocaba, litoral e, com menor expressão, Vale do Paraíba, regiões que aumentam suas participações estaduais nesse período. Campinas e Sorocaba ainda tiveram alento industrial, da produção energética e das exportações, enquanto que o litoral deve ter se beneficiado exclusivamente da política de exportações. Todas as demais regiões (Ribeirão Preto) e as do Oeste ficam abaixo de suas posições relativas de 1985, e a explicação para isso certamente reside na inflexão da produção alcooleira, na queda da produção bovina, dos preços agrícolas de exportação e na desaceleração do investimento industrial.

No que tange às atividades do comércio, para as quais se dispõe de informações do valor adicionado por ele gerado, nota-se que os fluxos mercantis também apontam para uma desconcentração econômica no sentido Grande São Paulo—interior. Assim, (tabela 9, Apêndice) o valor adicionado comercial na região metropolitana, que em 1980

equivalia a 64,6% do total estadual, cai para 61% em 1987. Bauru, Araçatuba, Vale do Paraíba e Presidente Prudente, pelas razões já apontadas, foram as de menor crescimento da atividade comercial e tiveram pequenas quedas em suas participações estaduais.

São José do Rio Preto, Marília e Ribeirão Preto, principalmente graças à diversificação e à modernização de sua agropecuária e de uma certa expansão industrial que continuou no período, aumentam ligeiramente suas participações estaduais entre 1980 e 1987. As demais regiões aumentaram um pouco mais suas participações relativas, a exemplo do litoral, de Campinas e de Sorocaba, provavelmente graças ao considerável aumento do setor exportador, na primeira, e à continuidade da expansão agropecuária e da industrialização nas duas últimas.

BIBLIOGRAFIA

BALTAR, P.E. "Evolução demográfica, emprego e demandas sociais urbanas no Brasil". *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Olinda, 1988.

CACCIAMALI, M.C. "O novo ciclo tecnológico e as transformações nas estruturas de emprego e ocupacional. s/d, mimeo.

CANO, W. "Questão regional e urbanização no desenvolvimnto econômico brasileiro pós-1930". *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Olinda, 1988.

———. "Dinâmica da economia urbana de São Paulo: uma proposta de investigação". Campinas, DEPE/Unicamp, 1984, mimeo.

———. (coord.) "A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)". São Paulo, Fundação Seade, 1988. 3 vols.

CARDOSO, F.H. "As classes no capitalismo contemporâneo". *Revista de Economia Política*, *4* (1), jan/mar. 1982.

CLARK, C. *The Conditions of economic progress*. 3a. ed. Londres, Mac Millan, 1957.

CYRILLO, D.C. *O papel dos supermercados no varejo de alimentos*. São Paulo, IPE/USP, 1987.

FARIA, V. "Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: A experiência brasileira dos últimos trinta anos". In TAVARES DE ALMEIDA, M.H., e SORJ, B. (org). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.

FGV, Centro de Contas Nacionais, *Contas Nacionais de 1975 a 1980; Conjuntura econômica*. Rio de Janeiro, maio 1987.

FIBGE, DECNA. "Contas Nacionais", revisão feita em 1989.

———. "Informação para a imprensa", texto nº 032, 1990.

———. Diretoria de Pesquisas, "Brasil, sistema de Contas Nacionais consolidadas", *Texto para Discussão , 17*, ago. 1989.

———. "Censo comercial, Brasil, 1970, 1975, 1980 e 1985."

———. "Censo demográfico, São Paulo, 1970 e 1980."

———. "Censo de serviços, 1970, 1975, 1980 e 1985."

FUNDAÇÃO Seade, "Produto interno bruto, formação bruta de capital e consumo, Estado de São Paulo, 1975-1984". Relatório final de pesquisa, convênio Ipea/Seade, SP, s/d.

———. "Contas regionais para o Estado de São Paulo", 1989.

GERSHUNY, J.I. e MILES, J.D., "Service employment trends and prospects". Londres, 1981, mimeo.

GONÇALVES, M.F. e SEMEGHINI, U.C. "O terciário na urbanização paulista: notas preliminares para seu estudo e interpretação". *III Congresso Nacional, de Anpur, 1989*.

KUSNETZ, S. *Quantitative aspects of the economic growth of nations*. Yale, Economic and Cultural Change, Yale University Press, 1966.

HIRSCHFELDT, Robert V. *"Shopping-center – O templo do consumo"*. Rio de Janeiro, ABRASCE, 1986.

MATINE, G. et al. A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas". *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Olinda, 1988.

MEDICI, A., Urbanização e transformações estruturais na força de trabalho no Brasil: Notas para uma Discussão. *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Olinda, 1988.

PACHECO, C.A. "Urbanização e alterações na estrutura ocupacional: uma avaliação preliminar das transformações nas cidades médias paulistas entre 1970 e 1980". *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Olinda, 1988.

PINTAUDI, S.M. Os shopping-centers brasileiros e o processo de valorização do espaço urbano". *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, AGB, 65, 2o. semestre, 1987.

PINTO, A. "Concentración del progresso técnico y de sus frutos in el desarrollo latinoamericano". *El Trimestre Economico, 32* (125), México, 1965.

PIRES FERREIA, S. & MACHADO, C.C. "As populações economicamente ativas e ocupadas: um estudo sobre suas evoluções no período 1985/1987". *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Olinda 1988.

RODRIGUES, O. *La teoria del desarrollo de la Cepal*. 5a. ed. México, Siglo XXI, 1966.

SINGELMANN, J. & BROWNING, H.L. "The emergence of a service society: demographic and sociological aspects of the sectoral transformation of labor force in the USA". Population Research Center, University of Texas. Austin, 1975, mimeo.

SUPERHIPER. *Revista da Associação Brasileira de Supermercados*. ABRASSP 5, maio 89.

UNCTAD. Trade and development report, 1988. Offprint of part two. Nova York, 1989.

APÊNDICE ESTATÍSTICO

A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO(1970-89)

TABELA 1 - **Modificação na estrutura setorial na indústria de transformação brasileira no período 1970-88**

Grupos e ramos de Indústrias selecionadas	1970	1975	1980	1988
Grupo I Indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis	40,4	33,6	30,0	33,0
Têxtil	9,3	6,1	6,4	6,0
Vestuário, calçados e art. tecidos	3,3	3,8	4,8	4,1
Alimentos	13,5	11,3	10,0	14,2
Outros	14,3	12,4	8,8	8,7
Grupo II Indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários	37,1	40,8	41,9	37,5
Química	10,0	12,1	14,7	13,5
Minerais não-metálicos	5,9	6,2	5,8	6,6
Metalurgia	11,6	12,6	11,5	8,3
Outros	9,6	9,9	9,9	9,1
Grupo III Indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de bens de consumo duráveis	22,5	25,6	28,1	29,5
Mecânica	7,1	10,3	10,2	12,0
Material de transporte	8,0	6,3	7,6	8,0
Material elétrico e de comunicações	5,4	5,8	6,4	7,4
Outros	2,0	3,2	3,9	2,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte:(1) FIBGE - Censos Industriais 1970, 1975 e 1980 (2) FIBGE - Diretoria da Pesquisa - Departamento de Contas Nacionais 1988

TABELA 2 - **Distribuição espacial do Valor da Transformação Industrial da indústria de transformação do Brasil, Estados e regiões selecionadas: 1970-89 (valores em percentagem)**

Estados e regiões selecionadas	1970	1975	1980	1989
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
Região Nordeste	5,7	6,6	8,1	8,4
Minas Gerais	6,5	6,3	7,7	8,4
Rio de Janeiro	15,5	13,5	10,6	10,7
São Paulo	58,2	55,9	53,4	50,4
Região Sul	12,0	14,8	15,8	16,7
Demais regiões	2,1	2,9	4,5	5,4

Fonte: (1) FIBGE - Censos Industriais: 1970, 1975 e 1980
(2) FIBGE - Diretoria de Pesquisa - Departamento de Indústria: 1989

TABELA 3 - **Modificação na estrutura setorial na indústria de transformação do Estado de São Paulo: 1970-87 (valores em percentagem)**

Grupos e ramos de indústrias Indústrias selecionadas	Censo Industrial			SEC. FAZ. E. S. P.	
	1970	1975	1980	1980	1987
Grupo I Indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis	36,8	28,6	25,8	27,1	28,9
Têxtil	9,9	6,2	6,4	6,4	6,8
Vestuário, calçados e art. tecidos	3,3	3,3	3,8	3,8	3,9
Alimentos	10,2	7,7	7,4	7,5	8,8
Outros	13,4	11,4	8,2	9,4	9,4
Grupo II Indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários	33,9	39,0	39,6	38,4	37,2
Química	9,3	12,4	14,9	12,2	10,7
Minerais não-metálicos	5,0	5,0	4,3	4,1	3,9
Metalurgia	10,5	12,6	11,7	13,3	12,0
Outros	9,1	9,0	8,7	8,8	10,6
Grupo III Indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de bens de consumo duráveis	29,3	32,4	34,6	34,5	33,9
Mecânica	8,3	12,6	12,6	8,3	12,3
Material de transportes	11,1	8,3	9,7	12,5	8,1
Material elétrico e de comunicações	7,3	7,4	7,7	8,3	8,3
Outros	2,6	4,1	4,6	5,4	5,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: (1) FIBGE - Censos Industriais: 1970, 1975 e 1980 (2) Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo — tabulação especial do valor adicionado da indústria de transformação: 1987.

TABELA 4 - **Índices de crescimento do Valor da Transformação Industrial da indústria de transformação do Brasil, Estado e regiões selecionadas: 1980-89**

Brasil, Estados e regiões selecionadas	1980-83 1980=100	1983-86 1983=100	1986-89 1986=100	1980-89 1980=100
Brasil	83,8	127,8	100,6	107,8
Região Nordeste	95,0	119,7	98,3	11,8
Minas Gerais	89,7	124,3	105,2	117,3
Rio de Janeiro	87,6	118,3	104,5	108,3
São Paulo	80,2	128,3	98,7	101,6
Região Sul	87,7	127,9	102,1	114,6

Fonte: FIBGE - Produção Industrial: 1980-89

TABELA 5 - **Exportações de São Paulo por grupos de produtos: 1980-88 (em milhões de dólares)**

Anos	Total		Produtos básicos		Produtos industrializados	
	Valor	Base 1980=100	Valor	Base 1980=100	Valor	Base 1980=100
1980	7.697	100,0	1.789	100,0	5.908	100,0
1981	8.453	109,8	1.576	88,1	6.877	116,4
1982	7.281	94,6	1.854	103,6	5.427	91,9
1983	7.766	100,9	2.028	113,4	5.738	97,1
1984	10.691	138,9	2.479	138,6	8.212	139,0
1985	9.960	129,4	2.273	127,1	7.687	130,1
1986	8.992	116,8	1.931	107,9	7.060	119,5
1987	10.859	141,2	2.190	122,4	8.680	146,9
1988	11.898	154,6	1.738	97,1	10.161	172,0

Fonte: (1) *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, FGV, vol. 43, número 10, 31-10-89 (2) *São Paulo & Conjuntura*, São Paulo , Fundação Seade, vol.5, set./out. 1989.

TABELA 6 - **Participação das exportações de São Paulo no total das exportações brasileiras: 1980-88 (valores em %)**

	Total	Produtos básicos	Produtos industrializados
1980	38,2	21,1	51,9
1981	36,3	17,7	49,1
1982	36,1	22,5	46,4
1983	35,5	23,8	43,9
1984	39,6	28,3	45,7
1985	38,8	26,6	45,7
1986	40,2	26,5	47,4
1987	41,4	27,3	48,2
1988	35,2	18,5	42,2
TOTAL	37,9	23,4	46,3

Fonte: (1) *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, FGV, vol. 43, número 10, 31-10-89
(2) *São Paulo & Conjuntura*, São Paulo, Fundação Seade.

TABELA 7 - **Indicadores da indústria de transformação - Estado de São Paulo: 1980 - 89**

Anos	Índice do nível de atividade	Nível de utilização da capacidade	Nível de pessoal ocupado
1980	100,0	84,4	100,0
1981	91,5	79,0	93,1
1982	92,0	76,1	88,5
1983	89,5	73,2	81,7
1984	96,3	74,0	81,5
1985	107,1	76,5	88,4
1986	120,1	80,5	97,2
1987	119,2	80,8	99,2
1988	118,9	80,1	97,3
1989	119,9	80,0	98,5

Fonte: (1) Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP - vários anos
(2) Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - vários anos.

TABELA 8 - **Distribuição espacial do valor da transformação industrial da indústria de transformação do Estado de São Paulo e regiões administrativas: 1970-87 (valores em percentagem)**

Estado e Regiões administrativas	Censo Industrial			SEC. FAZ. E. S. P.	
	1970	1975	1980	1980	1987
Estado de São Paulo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Região metropolitana	74,7	69,4	62,9	64,1	60,0
1) Capital	48,2	44,0	34,8	36,0	31,1
2) Demais municípios	26,5	25,4	28,1	28,1	28,9
Interior	25,3	30,6	37,1	35,9	40,0
1) Litoral	2,8	2,5	3,7	4,4	2,9
2) Vale do Paraíba	3,3	4,2	5,5	5,4	6,6
3) Sorocaba	2,2	2,4	4,1	4,0	4,6
4) Campinas	10,6	15,1	15,8	15,1	17,6
5) Ribeirão Preto	3,6	3,1	4,4	4,1	5,3
6) Bauru	0,9	1,0	1,3	1,1	1,1
7) Região Oeste	2,5	2,3	2,3	1,8	1,9
São José do Rio Preto	0,5	0,6	0,7	0,6	0,6
Araçatuba	0,5	0,4	0,4	0,3	0,3
Presidente Prudente	0,7	0,6	0,5	0,4	0,4
Marília	0,8	0,7	0,7	0,5	0,6

Fonte: (1) IBGE - Censos Industriais: 1970, 1975 e 1980 (2) Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - tabulação especial do valor adicionado da indústria de transformação 1987.

TABELA 9 - **Participação de São Paulo e suas regiões no produto industrial do Brasil: 1959-89 (valores em percentagem)**

Estado de São Paulo e as principais regiões	Participação de São Paulo no produto industrial do Brasil				
	1959	1970	1975	1980	1987
Estado de São Paulo	55,6	58,2	55,9	53,4	51,0
1) Região Metropolitana - RMSP	41,0	43,5	38,8	33,6	30,6
1.1 Município de São Paulo	30,5	28,0	24,6	18,6	15,4
1.2 Demais municípios da RMSP	10,5	15,5	14,2	15,0	15,2
2) Interior de São Paulo	14,6	14,7	17,1	19,8	20,4
2.1 Região de Campinas	5,0	6,1	8,4	8,5	9,0
2.2 Região do Vale do Paraíba	1,1	1,9	2,3	2,9	3,4
2.3 Região de Ribeirão Preto	1,8	1,7	1,7	2,3	2,7
2.4 Região de Sorocaba	1,8	1,3	1,3	2,2	2,3
2.5 Demais regiões	4,9	3,7	3,4	3,9	3,0

Fonte: (1) FIBGE, Censos Industriais - 1959, 1970, 1975 e 1980 (2) Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo: tabulação especial do valor adicionado da indústria de transformação: 1989.

TABELA 10 - **Modificações setoriais no valor adicionado da indústria de transformação do Estado de São Paulo: 1970-80 (em percentagem)**

Grupos de indústrias selecionadas	Região metropolitana			Interior			Total do Estado		
	1970	1980	1987	1970	1980	1987	1970	1980	1987
Grupo I: Predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis	32,5	24,5	22,5	49,2	28,0	33,1	36,9	25,8	26,7
Grupo II: Predominantemente produtoras de bens intermediários	32,8	36,0	38,9	35,4	45,7	36,9	33,9	39,6	38,1
Grupo III: Predominantemente produtoras de bens de capital e de bens de consumo duráveis	34,0	39,5	38,6	15,4	26,3	30,0	29,2	34,6	35,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: (1) FIBGE: Censos Industriais de 1970 e 1980 (2) Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Tabulação especial do valor adicionado da indústria de transformação, 1989.

TABELA 12 - **Estimativas de emprego anual da indústria de transformação do Estado de São Paulo - região metropolitana e interior: 1980-88**

Anos	Números de empregos (mil)			Distribuição percentual			Índice de crescimento (1980=100)		
	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total
1980	1.707,0	926,6	2.633,6	64,8	35,2	100,0	100,0	100,0	100,0
1981	1.458,3	874,4	2.332,7	62,5	37,5	100,0	85,4	94,4	88,6
1982	1.442,8	844,1	2.286,9	63,1	36,9	100,0	84,5	91,1	86,8
1983	1.303,3	800,7	2.104,0	61,9	38,1	100,0	76,4	86,4	79,9
1984	1.409,1	866,2	2.275,3	61,9	38,1	100,0	82,5	93,5	86,4
1985	1.549,8	950,9	2.500,7	62,0	38,0	100,0	90,8	102,6	95,0
1986	1.728,2	1.044,7	2.772,9	62,3	37,7	100,0	101,2	112,7	105,3
1987	1.651,9	1.017,7	2.669,6	61,9	38,1	100,0	96,8	109,8	101,4
1988	1.651,3	1.031,8	2.683,1	61,5	38,5	100,0	96,7	111,4	101,9

Fonte (1) RAIS - Painel fixo, 1980-86 (2) Lei 4923/65 - 1987-88.

TABELA 13 - **Estado de São Paulo - estimativas do emprego anual da indústria de transformação, por ramos selecionados: 1980-86 (em mil)**

Grupos e principais gêneros	Número de emprego		Variação do emprego	Distribuição % da variação
	1980	1986	1980-86	1980-86
Grupo I: Indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis	812,0	890,0	78,0	68,9
Têxtil	230,6	230,2	-0,4	-0,4
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	226,0	280,9	54,9	48,5
Produtos alimentares	207,4	221,2	13,8	12,2
Mobiliário	70,7	75,8	5,1	4,5
Editorial e gráfica	77,3	81,9	4,6	4,1
Grupo II: Indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários	807,9	801,3	-6,6	-5,8
Química	115,0	119,9	4,9	4,3
Minerais não-metálicos	137,1	115,3	-21,8	-19,3
Metalúrgica	352,8	341,2	-11,6	-10,2
Madeira	35,9	35,1	-0,8	-0,7
Papel e papelão	69,8	70,7	0,9	0,8
Produtos de matérias plásticas	97,3	119,1	21,8	19,3
Grupo III: Indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de bens de consumo duráveis	753,5	795,3	41,8	36,9
Mecânica	250,2	259,6	9,4	8,3
Material de transporte	275,7	304,4	28,7	25,4
Material elétrico e de comunicações	227,6	231,3	3,7	3,3
Total da indústria de transformação	2373,4	2486,6	113,2	100,0

Fonte: Painel RAIS 1980-85 e RAIS em 31.12.86

TABELA 14 - **Região metropolitana - estimativas do emprego anual da indústria de transformação por ramos selecionados: 1980-86 (em mil)**

Grupos e principais gêneros	Número de emprego		Variação do emprego	Distribuição % da variação
	1980	1986	1980-86	1980-86
Grupo I: Indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis	452,6	464,7	12,1	75,6
Têxtil	134,1	122,4	3-11,7	-73,1
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	132,0	156,6	24,6	153,8
Produtos alimentares	78,9	73,5	-5,7	-33,8
Mobiliário	42,8	44,6	1,8	11,3
Editorial e gráfica	64,8	67,6	2,8	17,5
Grupo II: Indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários	574,2	531,4	-15,8	-98,8
Química	79,5	76,1	-3,4	-21,3
Minerais não-metálicos	62,2	51,3	-10,9	-68,1
Metalúrgica	261,8	247,0	-14,8	-92,5
Madeira	13,9	12,8	-1,1	-6,9
Papel e papelão	46,4	45,3	-1,1	-6,9
Produtos de matérias plásticas	83,4	98,9	15,5	96,9
Grupo III: Indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de bens de consumo duráveis	527,2	546,9	19,7	123,1
Mecânica	155,7	150,0	-5,7	-35,6
Material de transporte	189,6	218,2	28,6	178,8
Material elétrico e de comunicações	181,9	178,7	-3,2	-20,0
Total da indústria de transformação	1527,0	1543,0	16,0	100,0

Fonte: Painel RAIS 1980-85 e RAIS em 31.12.86

TABELA 15 - **Interior de São Paulo - estimativas do emprego anual da indústria de transformação, por ramos selecionados: 1980-86 (em mil)**

Grupos e principais gêneros	Número de emprego		Variação do emprego	Distribuição % da variação
	1980	1986	1980-86	1980-86
Grupo I: Indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis	359,4	425,3	65,9	70,0
Têxtil	96,5	107,8	11,3	12,0
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	94,0	124,3	30,3	32,2
Produtos alimentares	128,5	147,7	19,2	20,4
Mobiliário	27,9	31,2	3,3	3,5
Editorial e gráfica	12,5	14,3	1,8	1,9
Grupo II: Indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários	260,7	226,9	6,2	6,6
Química	35,5	43,8	8,3	8,8
Minerais não-metálicos	74,9	64,0	-10,9	-11,6
Metalúrgica	91,0	91,2	0,2	0,2
Madeira	22,0	22,3	0,3	0,3
Papel e papelão	23,4	25,4	2,0	2,1
Produtos de matérias plásticas	13,9	20,2	6,3	6,7
Grupo III: Indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de bens de consumo duráveis	226,3	248,4	22,1	23,5
Mecânica	94,5	109,6	15,1	16,0
Material de transporte	86,1	86,2	0,1	0,1
Material elétrico e de comunicações	45,7	52,6	6,9	7,3
Total da indústria de transformação	846,4	940,6	94,2	100,0

Fonte: Painel RAIS 1980-85 e RAIS em 31.12.86.

TABELA 16 - **Exportação dos principais produtos da agroindústria paulista e sua participação no total das exportações do Brasil e Estado de São Paulo: 1980-88 (em US$ 1.000)**

Principais produtos	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
	1.175.184	759.516	1.160.384	1.203.002	1.716.578	1.541.802	1.239.651	1.396.786	787.844
Farelo de soja	216.172	297.247	241.269	285.674	261.863	262.446	334.500	295.456	356.489
Farelo de polpa cítrica	72.051	77.943	69.722	90.272	64.523	68.754	39.588	75.150	81.906
Açúcar demerara bruto	62.428	75.757	34.017	72.055	75.817		-		-
Carne de frango congelada	22.998	45.848	21.314	16.077	5.447	1.953	959	12.377	6.866
Carne bovina congelada	13.078	77.116	121.158	122.661	142.572	196.302	102.014	139.732	233.234
Óleos vegetais (2)	125.939	78.816	22.088	25.524	34.752	61.978	4.774	26.752	3.029
Açúcar cristal	317.333	86.807	76.575	25.987	47.680	27.521	39.201	17.103	4.154
Suco de laranja	338.520	653.198	569.628	603.883	1.364.975	726.127	666.655	808.538	1.105.483
Total dos produtos (A)	2.343.703	2.150.248	2.316.155	2.445.135	3.754.207	2.886.903	2.427.342	2.771.894	2.579.005
Exportações São Paulo (B)	7.697.393	8.452.844	7.280.838	7.766.022	10.690.832	9.959.764	8.991.851	10.869.227	13.012.267
Exportações Brasil (C)	20.132.000	23.293.000	20.175.000	21.899.000	27.005.000	25.639.000	22.349.000	26.226.000	33.786.000
(A)/(B) em %	30,4	25,4	31,8	31,5	34,9	29,0	27,0	25,5	19,8
(B)/(C) em %	11,6	9,2	11,5	11,2	13,8	11,3	10,9	10,6	7,6

Fonte: Banco do Brasil S/A - Carteira de Comércio Exterior/CACEX - Departamento de Estatística de Comércio Exterior/DEPEC, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade (1) Exportação através do Porto de Santos, não considerando o critério de "zona produtora", ou seja, de mercadorias produzidas no Estado de São Paulo (2) Somatória da produção de óleo de amendoim, soja e mamona em bruto.

TABELA 17 - **Exportações do Brasil por grupos de produtos: 1980-89 (em milhões de dólares)**

Anos	Total		Produtos básicos		Produtos industrializados	
	Valor	Base 1980=100	Valor	Base 1980=100	Valor	Base 1980=100
1980	20.132	100,0	8.470	100,0	11.576	100,0
1981	23.293	115,7	8.920	105,3	14.000	123,1
1982	20.175	100,2	8.238	97,3	11.686	102,7
1983	21.899	108,8	8.535	100,8	13.057	114,8
1984	27.005	134,1	8.755	103,4	17.955	157,8
1985	25.639	127,4	8.538	100,8	16.821	147,9
1986	22.349	111,0	7.280	86,0	14.898	131,0
1987	26.226	130,3	8.022	94,7	18.024	158,4
1988	33.782	167,8	9.397	110,9	24.100	211,8
1989	34.392	170,8	9.599	113,3	24.400	214,4

Fonte (1) *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, FGV, vol. 43- número 10, 31.10.89 (2) *São Paulo & Conjuntura*, São Paulo, Fundação Seade, vol. 5 - número 5, set./out. de 1989.

TABELA 1 - **Brasil: comércio varejista (1970-80)**

BENS	1970						1980					
	NÚMEROS ABSOLUTOS			ESTRUTURA (%)			NÚMEROS ABSOLUTOS			ESTRUTURA (%)		
	ESTAB.	P.OCU	VENDA	ESTAB.	P.OCU	VENDA	ESTAB.	P.OCU	VENDA	ESTAB.	P.OCU	VENDA
1) NÃO-DURÁVEIS	532,3	1.148,1	45,6	90,6	79,2	64,1	781,9	2.153,2	2.668,4	88,3	76,5	61,4
Alimentícios Bebidas e Fumo	378,4	608,3	17,4	64,4	42,0	24,5	538,6	963,1	586,3	60,8	34,2	13,5
Em geral incl.alimentos	17,3	83,9	6,3	2,9	5,8	8,9	16,2	274,4	658,1	1,8	9,7	15,1
Tecidos e Artigos do Vestuário	75,8	225,4	9,2	12,9	15,6	12,9	117,6	452,6	434,8	13,3	16,1	10,0
2) DURÁVEIS	36,6	195,2	18,5	6,2	13,5	26,1	53,0	385,0	1.138,4	6,6	13,7	26,2
Veículos Peças e Acessórios	14,4	96,8	12,2	2,5	6,8	17,2	25,3	157,3	581,4	2,9	5,6	13,4
Maq. Aparelhos e Mov.Utensílios	22,1	98,4	6,3	3,8	6,8	8,9	32,7	227,7	557,5	3,7	8,1	12,8
3) DEMAIS BENS	18,6	105,8	7,0	3,2	7,3	9,9	45,7	279,1	540,5	5,2	9,9	12,5
TOTAL	587,5	1.450,0	71,2	100,0	100,0	100,0	885,6	2.817,3	4.347,5	100,0	100,0	100,0

Obs: Estabelecimentos e pessoal ocupado em milhares; vendas em bilhões correntes
Fonte: FIBGE, Censos Econômicos 1980, 1970

TABELA 2 - **Brasil - participação das vendas atacadistas nas vendas totais: 1970-80**

Produtos	Vendas Atacadistas	
	Vendas Totais (%)	
Alimentos, bebidas e fumo	60,0	66,0
Farmacêuticos e químicos	59,0	55,8
Tecidos e vestuário	22,0	22,9
Máq, Ap. e móveis domésticos	12,4	22,9
Construção em geral	56,4	55,2
Veículos peças e acessórios	27,6	18,9
Máq. Ap. e móveis não dom.	56,6	33,5
Combustíveis e lubrificantes	59,2	74,7
Papel, papelaria e livrarias	45,2	48,7
Merc. em geral inc. alimentos	8,5	13,8
Merc. em geral exc. alimentos	10,8	8,0
Artigos diversos	32,1	30,7
Artigos usados	78,9	79,4

Fonte: FIBGE, Censos Comerciais

TABELA 3 - **Estado de São Paulo - relação vendas atacadistas/vendas (atacadistas + varejista), segundo ramos: 1970-80 (em porcentagens)**

	1970	1980
Alimentos, bebidas e fumo	66,2	80,1
Farmacêuticos e outros químicos	66,1	66,4
Tecidos e artigos de vestuário	30,1	37,6
Papel, papelaria e livrarias	58,8	57,7
Merc. em geral inc. alimentos	7,7	13,8
Merc. em geral exc. alimentos	17,5	3,5
Artigos diversos	34,5	44,2
Artigos usados	85,0	84,6
Veículos peças e acessórios	42,4	29,2
Combustíveis e lubrificantes	60,0	76,8
Material de construção	58,4	62,5
Móveis, máquinas e ap. eletr.	58,6	53,1
TOTAL	54,4	59,5

Fonte: FIBGE, Censos Comerciais.

TABELA 4 - **Participação do comércio paulista no total nacional**

Ramo	Varejo						Vendas do Atacado	
	1980			1985			1980	1985
	Estab.	P. Ocupado	Vendas	Estab.	P. Ocupado	Vendas		
Alimentos, bebidas e fumo	19,2	20,5	27,0	19,4	22,0	25,1	43,6	39,0
Farmacêutico químico	25,6	27,9	30,0	24,6	27,4	30,0	46,9	42,1
Tecidos e vestuário	27,7	27,2	28,3	26,5	26,8	27,7	53,0	50,0
Maq. ap. doméstico	30,1	28,7	30,9	29,8	28,5	29,0	69,2	75,0
Material de construção	29,6	31,6	32,7	28,6	30,0	32,3	51,0	57,1
Veículos, peças, acessórios	31,5	30,4	34,1	30,3	30,3	32,5	59,0	60,0
Maq. ap. não-domésticos	28,7	28,9	31,3	28,7	28,0	28,3	46,0	42,8
Combustíveis e lubrificantes	28,7	29,7	34,4	26,7	28,2	31,9	31,3	38,2
Papelaria e livraria	32,6	31,1	33,3	30,1	29,2	30,0	46,0	50,0
Mercadorias gerais + alim.	24,8	27,9	33,2	21,5	27,6	33,0	33,0	18,7
Mercadorias gerais - alim.	27,8	29,5	35,8	23,8	29,8	38,3	14,1	30,7
Artigos diversos	34,4	33,1	33,2	32,1	31,9	34,4	55,2	50,0
Artigos usados	39,5	38,7	44,6	30,3	30,6	38,3	64,5	68,5
Extrativos e agropecuários exceto alimentos	-	-		-	-	-	10,6	12,8
TOTAL	24,8	27,2	31,9	24,4	27,1	30,9	38,5	40,0

Fonte: FIBGE, Censos Comerciais.

TABELA 5 - **Impacto do ajuste do âmbito censitário segundo as macro-regiões e o Estado de São Paulo (em porcentagem)**

Regiões	Taxa de redução *			Distribuição regional das diferenças entre os censos		
	Estab.	P. ocupado	Vendas	Estab.	P. ocupado	Vendas
Norte	57,0	34,5	8,6	11,1	11,7	14,6
Nordeste	65,8	42,8	9,1	73,4	73,2	69,5
Sudeste	9,0	2,6	0,2	9,4	8,8	9,2
Sul	7,2	2,4	0,3	3,0	3,1	3,1
C. oeste	20,8	8,8	1,3	3,1	3,3	7,5
São Paulo	4,3	1,2	0,1	2,2	2,2	3,1

* Taxa de redução é o complemento da divisão do universo ajustado pelo universo originalmente recenseado em 1980.
Fonte: FIBGE - Censo Comercial, 1985: Notas Técnicas.

ANÁLISE REGIONAL DO SETOR SERVIÇOS

TABELA 1 - **Estado de São Paulo: distribuição regional do valor adicionado total**

	1970 (%)	1975 (%)	1980 (%)	1985 (%)	1988 (%)
Estado de São Paulo (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Grande São Paulo	67,40	65,92	60,02	52,76	51,71
Interior	32,60	34,08	39,97	47,23	48,29
Litoral	3,66	4,69	4,82	4,05	5,02
Vale do Paraíba	3,18	4,54	4,68	5,30	5,34
Sorocaba	2,82	2,72	3,92	4,89	5,23
Campinas	10,17	11,09	13,85	16,15	17,73
Ribeirão Preto	4,52	4,21	5,68	7,90	7,52
Bauru	1,56	1,39	1,69	2,32	1,98
São José do Rio Preto	1,77	1,58	1,65	1,94	1,81
Araçatuba	1,45	1,08	1,06	1,22	1,08
Presidente Prudente	1,85	1,45	1,22	1,42	1,06
Marília	1,62	1,34	1,40	2,04	1,52

Fonte: Secretaria da Fazenda, Fundação Seade.
(1) O total exclui "pendências judiciais", não possíveis de regionalização

TABELA 2 - **Participação da PEA do setor terciário na PEA total na Grande São Paulo, interior e nos municípios sedes das regiões administrativas (1970-80)**

Setor Terciário	Interior		Grande São Paulo		Santos		São José dos Campos		Sorocaba		Campinas		Ribeirão Preto		Barretos		São José do Rio Preto		Araçatuba		Presidente Prudente		Marília	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Serviços Distributivos	11,6	15,5	26,5	30,4	36,2	31,1	10,5	14,0	18,1	20,7	17,2	18,0	23,4	22,4	27,6	34,0	31,5	22,8	17,1	17,1	18,5	22,4	14,4	18,0
Serviços Produtivos(2)	3,1	4,6	5,9	7,4	6,3	7,6	1,9	4,1	3,0	4,0	3,8	5,3	4,7	6,4	3,8	3,7	4,1	6,3	4,2	5,5	3,7	6,7	3,2	5,0
Serviços Pessoais(3)	5,3	6,8	9,5	10,8	12,5	13,2	6,4	7,7	7,2	7,9	7,7	9,0	10,5	11,3	8,0	10,3	11,6	12,6	9,8	9,9	10,7	11,4	8,0	9,1
Serviços Sociais(4)	6,6	10,4	7,8	8,8	10,9	12,7	8,9	12,6	10,5	11,6	11,1	12,5	11,0	13,5	12,4	14,8	12,0	12,4	8,1	11,8	10,7	13,6	8,2	13,1
Emp. Doméstico Remunerado + Comércio Ambulante	7,9	7,4	6,9	7,6	10,5	7,4	9,9	7,1	12,8	7,1	12,0	9,1	14,1	10,9	14,7	10,2	14,7	10,1	12,6	11,6	12,6	11,9	10,9	9,9
Demais Serviços(5)	5,9	1,2	4,6	4,5	4,5	3,5	8,2	2,7	4,5	2,6	4,7	2,0	4,6	2,8	7,0	3,6	5,1	1,9	5,9	3,2	7,6	2,7	3,7	2,8
Total do Terciário	40,8	45,7	55,2	59,6	78,5	75,5	44,6	48,9	56,9	59,1	57,6	56,9	64,1	67,1	70,9	67,7	69,1	66,2	55,6	59,1	64,1	68,1	47,9	57,9

(1) Serviços distributivos: comércio e armazenagem; transportes e comunicações.
(2) Serviços produtivos: serviços técnicos; serviços de crédito, capitalização, comércio de valores e administração e comércio de imóveis.
(3) Serviços pessoais: serviços de hotelaria, alojamento; alimentação e higiene pessoal; confecção e conservação de vestuário; recuperação e conservação de aparelhos e veículos; manutenção e conservação de edifícios, outros serviços pessoais e esporte, cultura, diversão, rádio e TV.
(4) Serviços sociais: serviços comunitários e sociais, saúde pública e particular, previdência, ensino público e particular e administração pública
(5) Demais serviços: segurança pública, defesa nacional e outras ocupações n.p.c.
Fonte: Tabulações especiais dos Censos Demográficos - SPD/IE/Unicamp.

TABELA 3 - **Taxas de crescimento geométrico do setor terciário por subgrupo nos municípios-sede - 1970-80**

Terciário	Interior	Grande São Paulo	Santos	São José dos Campos	Sorocaba	Campinas	Ribeirão Preto	Bauru	São José Rio Preto	Araçatuba	Presidente Prudente	Marília
Serviços Distributivos(1)	7,0	5,5	2,2	11,7	5,2	7,7	7,0	3,5	6,7	3,2	6,1	5,3
Serviços Produtivos(2)	8,3	7,9	4,8	16,9	9,1	10,5	8,5	9,3	9,1	6,0	10,6	7,6
Serviços Pessoais(3)	4,8	6,7	4,3	10,5	7,1	9,7	6,2	7,7	6,9	3,4	4,7	4,3
Serviços Sociais(4)	8,9	8,7	4,4	12,8	7,2	8,3	7,9	6,2	6,4	7,2	6,4	7,9
Empregados Domésticos + Comércio Ambulante	3,5	2,7	-0,7	5,6	2,6	4,3	2,4	3,3	2,5	2,1	3,1	2,0
Média total do Terciário	5,1	5,1	2,4	9,3	5,1	7,1	6,0	4,5	5,7	3,9	4,7	5,0
PEA	4,1	4,7	2,8	8,5	6,0	7,3	5,5	5,0	6,0	3,2	4,3	3,0

(*) Também inclui "demais serviços".
Fonte: Tabulações especiais Censos Demográficos - SPD/IE/Unicamp.

TABELA 4 - **Estado de São Paulo: índices de crescimento real do valor adicionado total por região**

	1980 (1970=100)	1988 (1980=100)
Estado de São Paulo	206,10	118,10
Grande São Paulo	184,01	101,75
Interior	252,70	142,68
Litoral	271,31	123,03
Vale do Paraíba	303,14	134,83
Sorocaba	286,52	157,65
Campinas	280,63	151,19
Ribeirão Preto	259,07	156,34
Bauru	223,08	138,46
São José do Rio Preto	192,09	129,70
Araçatuba	150,34	119,81
Presidente Prudente	135,67	102,46
Marília	177,78	127,86

Nota: Índices obtidos através das mudanças das participações regionais em 1980 e 1988 ponderadas pelo crescimento estimado do PIB de São Paulo.
Fonte: (Valores absolutos): Governo do Estado de São Paulo - Secretaria da Fazenda

TABELA 5 - **Participações da PEA por setor da atividade no Estado de São Paulo e regiões administrativas: 1970-80**

	PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO	
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Estado de São Paulo	20,4	11,5	31,4	39,1	48,1	49,5
Interior	37,7	23,1	21,5	32,0	40,8	45,3
Grande São Paulo	2,0	0,8	42,0	45,7	55,3	55,6
Litoral	13,5	7,0	23,0	30,0	63,5	63,0
Vale do Paraíba	22,8	10,1	30,5	41,7	46,7	48,2
Sorocaba	43,3	28,3	21,6	32,3	35,1	39,4
Campinas	27,6	15,2	32,1	42,0	40,5	42,8
Ribeirão Preto	39,5	25,8	19,6	30,0	40,9	44,2
Bauru	40,0	29,0	17,4	25,9	42,6	45,0
S.José Rio Preto	55,3	38,1	9,7	19,3	35,0	42,6
Araçatuba	45,4	31,9	18,5	24,7	36,1	43,4
Presidente Prudente	56,6	39,8	9,9	17,4	33,6	42,8
Marília	51,4	36,5	12,9	19,9	35,7	43,6

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos de 1970 e 1980

TABELA 6 - **Acréscimo do emprego urbano por setor de atividade segundo as regiões administrativas do Estado de São Paulo: 1970-80**

	Primário	Secundário	Terciário	Total
	70/80	70/80	70/80	70/80
Grande São Paulo	-20.851	1.129.601	1.114.147	2.243.748
Litoral	-5.523	72.754	110.356	183.110
Vale do Paraíba	-12.605	97.596	85.921	183.517
Sorocaba	-2.920	98.545	88.298	186.843
Campinas	-7.047	317.123	265.662	582.785
Ribeirão Preto	-2.106	127.742	128.644	256.380
Bauru	2928	37.552	41.529	79.081
São José do Rio Preto	-21.088	47.420	61.816	109.236
Araçatuba	-12.909	18.565	26.650	45.215
Presidente Prudente	-24.911	23.383	36.066	59.449
Marília	-19.796	24.477	36.130	60.607
Total do Estado de São Paulo	-126.823	1.994.758	1.995.219	3.989.977
Acréscimo	2.928	-	-	-
Decréscimo	129.756	-	-	-
Total do interior	-85.126	865.157	881.072	1.746.229
Acréscimo	2.928	-	-	-
Decréscimo	108.905	-	-	-

Fonte: FIBGE - Censo Demográfico de 1970 e 1980.

TABELA 7 - Distribuição relativa da PEA terciária no interior, Grande São Paulo e municípios-sede: (1970-80)

	Interior			GSPaulo		Santos		SJCampos		Sorocaba		Campinas		RibPreto		Bauru		SJRioPreto		Araçatuba		PresPrudente		Marília	
TERCIÁRIO	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70
Serv.Distribut.	28,4	35,5	29,5	29,5	40,3	43,2	23,5	29,3	33,0	33,3	30,0	31,6	30,3	33,3	38,9	35,4	31,3	34,5	30,7	28,9	28,9	32,9	30,1	31,3	
Serv.Produt.	7,9	10,1	10,7	15,3	8,0	10,1	4,3	8,5	9,5	7,9	6,8	9,3	7,3	9,4	5,4	8,4	6,8	9,5	7,5	9,3	5,7	9,8	6,7	8,6	
Serv.Pessoais	15,4	14,9	17,3	19,4	14,6	17,5	14,3	16,0	13,1	15,8	13,4	16,9	16,4	16,8	11,3	15,2	16,8	19,3	17,6	16,7	16,7	16,7	16,7	15,7	
Serv.Sociais	16,2	22,8	14,1	16,0	13,8	16,8	18,6	25,6	19,1	25,1	*19,3	21,6	17,2	20,7	17,3	20,4	17,4	18,7	14,6	20,0	16,7	19,7	17,1	22,6	
Empr.Domest.C.	19,4	16,2	17,9	13,7	13,3	9,8	20,8	14,8	23,3	14,2	29,8	16,0	21,7	15,3	17,2	15,2	20,3	15,3	23,2	19,6	19,6	16,9	22,7	17,3	
Demais Serv*	13,0	2,5	10,5	8,1	8,2	4,6	18,5	5,8	6,0	5,7	9,7	4,6	7,1	4,5	9,9	5,4	7,4	2,9	6,4	5,5	12,5	4,1	6,7	4,9	
Total Terciário	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	

*Segurança Pública, Defesa Nacional e outras atividades N. P. C.
Fonte: Tabulações especiais dos Censos Demográficos - SPD/IE/Unicamp

TABELA 8 - **Taxas de crescimento geométrico da população total urbana e terciária no Estado de São Paulo, interior e municípios-sede (1970-80)**

Estado de São Paulo	Pop.Total	Pop. Urbana	PEA Terciária
Total Estado	3,4	4,5	5,1
Grande São Paulo	4,4	4,4	5,1
Interior	3,3	5,1	5,1
Santos	1,9	0,9	2,4
São José Campos	6,8	5,9	9,3
Sorocaba	4,4	3,1	5,1
Campinas	5,9	4,6	7,1
Ribeirão Preto	4,1	3,4	6,0
Bauru	3,5	2,9	4,5
São J.Rio Preto	4,4	3,6	5,7
Araçatuba	1,8	1,7	3,9
Presid.Prudente	2,6	2,1	4,7
Marília	2,2	2,3	5,0

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos de 1970 e 1980.

TABELA 9 - **Estado de São Paulo: participação regional do valor adicionado do comércio**

Região Administrativa	1980	1987
Grande São Paulo	64,4	60,97
Litoral	7,82	9,96
Vale do Paraíba	3,80	3,76*
Sorocaba	2,67	3,25
Campinas	8,32	9,18
Ribeirão Preto	4,98	5,19
Bauru	1,77	1,62
São José do Rio Preto	2,25	2,28
Araçatuba	0,92	0,76
Presidente Prudente	1,37	1,35
Marília	1,46	1,68
TOTAL	100,0	100,0

* Valores ajustados pelos autores, mantendo-se as participações relativas (do atacado e do varejo) da região de São José dos Campos de 1980.
Fonte: Governo do Estado de São Paulo - Secretaria da Fazenda.